

Momento ideal para as medidas divide economistas

A maioria dos economistas não hesita em afirmar que o saneamento do Estado — isto é, o equilíbrio orçamentário do Governo através da venda de estatais, separação das contas do Tesouro e do Banco Central, corte de gastos e reforma tributária — é uma medida fundamental para que qualquer plano de combate à inflação seja bem sucedido. Mas o que divide as opiniões dos especialistas é o momento certo para a implementação das medidas. Ou seja, se as mudanças devem vir antes, depois ou simultaneamente ao ajuste financeiro da União.

Para o economista Roberto Montezano, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), nenhuma receita poderá dar certo se não tiver o amparo do ajuste das finanças públicas. Na sua avaliação, o



motor da inflação é justamente o descontrole do setor público e, por isso, o equilíbrio das contas é fundamental para assegurar o sucesso de um programa de estabilização.

O cenário ideal, na opinião do economista, é aquele em que o Estado acerta suas contas e, então, adota medidas complementares. Mas considera a hipótese de ajuste e medidas ocorrerem ao mesmo tempo.

— Se a equipe econômica faz um choque e não dá qualquer garantia de que o Estado está ficando enxuto, o plano pode ir por água abaixo. O Governo precisa dar sinais à sociedade de que está fazendo o seu dever de casa. Não adianta lançar mão de âncoras se o navio está com o casco arreventado — afirma Montezano.

Na opinião do economista Alberto Furuguem, o Governo não pode esperar que o ajuste

seja concluído para tomar alguma atitude. Ele afirma que uma reforma fiscal precisa ser feita para dar sustentação às medidas econômicas a médio e longo prazos, mas argumenta que adiá-las para o início do ano que vem pode ser muito perigoso.

— Se deixar para fazer um plano em janeiro ou fevereiro, corre-se o risco de ser politicamente tarde demais e a equipe poderá estar desgastada. Para ter maior apoio do Congresso, o Governo precisa mostrar resultados a curto prazo — explica.

O economista José Cláudio Ferreira da Silva, do Ipea, é ainda mais enfático:

— Nenhum país do mundo conseguiu fazer ajuste fiscal sem antes estabilizar. Uma inflação dessas não cai paulatinamente. Só cai mesmo é na paulada, e nisso o ministro tem toda a razão.

O que já se tentou desde a Nova República

CRUZADO

Medidas: congelamento de preços, salários e câmbio, criação do cruzado, proibição do uso da correção monetária, juros abaixo da inflação. **Resultados:** aumento de consumo, ágio, criação de impostos compulsórios sobre combustíveis. **Inflação:** sai de 14,36% em fevereiro de 1986, chega a ficar negativa e atinge os 16,82% em janeiro de 1987



CRUZADO II

Medidas: aumento de impostos indiretos e reajuste de tarifas públicas. **Resultado:** Governo perdeu credibilidade por ter adotado as medidas depois das eleições de novembro. **Inflação:** chegou aos 26,06% às vésperas de um novo plano comandado por Bresser Pereira



BRESSER

Medidas: congelamento de preços, salários, aluguéis, desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, tablita, suspensão de subsídios e obras públicas. **Resultados:** queda do poder aquisitivo e descontrole das contas públicas. **Inflação:** ficou em 3,5% no primeiro mês, mas já passava dos 28% em fins de 1988



VERÃO

Medidas: congelamento de preços, desindexação da economia e reforma monetária. **Resultados:** depois da aprovação da Constituição, a União teve que repartir ainda mais dinheiro para estados e municípios e a crise aumenta com a proximidade das eleições. **Inflação:** chega aos 84% ao mês em março de 1990, recorde histórico



COLLOR I

Medidas: bloqueio de 80% de todo o dinheiro em circulação, reforma administrativa, volta do cruzeiro como moeda forte, liberação das importações. **Resultados:** juros altos, surto de concordatas, demissões. **Inflação:** de 7,87% em maio, ela volta a encostar nos 20% em janeiro de 1991



COLLOR II

Medidas: fim da correção monetária, fim do "overnight" e do BTN, criação do Fundão e da TR, congelamento. **Resultados:** medidas inócuas levam à troca de ministro e a era Marcílio é marcada por um período de ortodoxia e juros altos. **Inflação:** de 7,3% em março, só fez subir e agora está em 35%.



FONTE: "Séries Históricas" da Andima